

# EMBATES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO NO BRASIL\*

FRANCISCO FONSECA†

## Resumo

Tendo-se como perspectiva a Administração Política e, nesta, particularmente o Manifesto de Garanhuns, entre outros manifestos dessa corrente da Administração, intenta-se analisar as possibilidades da emergência de um novo modelo de desenvolvimento tendo em vista as características e impactos gerados pela crise do capitalismo após o *crash* de 2008. Esta etapa do capitalismo tem como marca a financeirização do capital combinada com a agenda neoliberal de promover, por um lado, o enxugamento do Estado, desregulação e desregulamentação e, por outro lado, a diminuição de direitos trabalhistas e sociais.

Esse quadro contextual faz emergir dois projetos concorrentes: de um lado, o neoliberalismo financeirizado e, de outro lado, o (neo) desenvolvimentismo. Ambos delimitam a contenda entre concepções distintas de igualdade, de liberdade e, sobretudo, do papel do Estado.

Pretende-se, dessa forma, analisar a preponderância das ideias liberais e as possíveis saídas para a emergência de um novo desenvolvimento, notadamente no Brasil, que supere tanto as causas estruturais que levaram à crise de 2008 como os seus efeitos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Estado, Neoliberalismo, Embates Ideológicos, Igualdade Social.

## Abstract

Having as perspective management policy and, in this, particularly Garanhuns Manifesto, among others manifest this current Administration, intends to analyze the possibilities of the emergence of a new bearing model of development in mind the characteristics and impacts generated by the crisis of capitalism after the crash of 2008. This stage of capitalism has branded as the financialization of capital combined with the neoliberal agenda to promote, on

\* Este texto foi inspirado na pesquisa que desenvolvo no Núcleo de Pesquisas e Publicações (GVpesquisa) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, intitulado “Adaptação, Descompasso ou Transformação?: Estado e Sociedade em Tempos de Mudança Estrutural do Capitalismo”. Além disso, partes foram apresentadas no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 2009, e outras partes no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010. Por fim, versão anterior foi publicada no livro *Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*, de Reginaldo Souza Santos, em 2010, pela Editora Hucitec. Portanto, o texto publicado nesta edição da *Rebap* contempla os debates realizados por ocasião desses dois encontros, tendo sido modificado e atualizado.

† Francisco Fonseca é professor de ciência política da FGV/Eaes e da PUC/SP.

the one hand, the downsizing of the state, deregulation and deregulation and, on the other hand, the reduction of labor rights and social.

This contextual framework brings out two competing projects: on the one hand, the financialized neoliberalism and on the other hand, the (neo) developmentalism. Both border the strife between different conceptions of equality, freedom and, above all, the state's role.

It is intended, therefore, to analyze the prevalence of liberal ideas and possible solutions to the emergence of a new development, especially in Brazil, which overcomes both the structural causes that led to the 2008 crisis as its effects.

Keywords: Development; State; Neoliberalism; Ideological Clashes; Social Equality.

## Introdução

A análise que se pretende fazer nesta seção introdutória, embora conhecida, objetiva demonstrar as bases estruturantes do capitalismo contemporâneo, agora em crise. Nesse sentido, como se sabe, o capitalismo é marcado por fases e ciclos distintos, com características e impactos diversos. Segundo Reginaldo Souza Santos,

[. . .] nada nos faz pensar numa trajetória diferente da que nos tem caracterizado na etapa capitalista atual: uma capacidade extraordinária de produzir riqueza material associada à outra etapa não menos extraordinária de transformar parte da humanidade em algo abjeto, desprezível e sem possibilidades de acesso a qualquer porção da riqueza produzida. Esse procedimento tem sido tão covardemente aceito como normal que o nosso olhar já parece transformar essa parcela excluída em seres da natureza não mais pertencente à raça humana!<sup>1</sup>

Sintetiza-se, nesta passagem, a lógica do capitalismo contemporâneo, pois marcada, como veremos adiante, pela acumulação de capital — tanto o produtivo como o especulativo, que tendem a se fundir e confundir —, em detrimento da produção material, da distribuição da renda e da empregabilidade. Mas, indo além dessa estrutura do modo de acumulação, a grande crise econômica internacional que vem acometendo o capitalismo, desde 2008, acarretou em diversas transformações que ainda estão sendo desencadeadas, processadas e respondidas — ou não — pelos Estados nacionais e entidades multilaterais, assim como, por diversos atores estatais e não estatais.

1 Santos, 2010, p. 7.

As bases estruturantes da crise ancoram-se no chamado “modelo de acumulação flexível”, também chamado de pós-fordista/keynesiano. Este se estruturou fundamentalmente no ciclo crescimento/redistribuição, que permitira a massificação da produção e do consumo em setores, até então, reservados a poucos consumidores. Tal modelo, contudo, foi desestruturado na década de 1970, em razão dos dois “choques do petróleo” que geraram alta inflação e outras “disfuncionalidades” à economia que contribuíram para desmontar a estrutura de *Bretton Woods*, pavimentando o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro, progressivamente desvinculado do lastro da produção. Um “capitalismo de cassino” — terminologia já consagrada aos estudos sobre o capital financeiro e síntese dos novos tempos — fora, aos poucos, se consolidando por meio dos mercados *futuros*, de *opções e derivativos* (donde os chamados *subprimes* adquiriram grande notabilidade), dentre inúmeros outros, a ponto de circular em cerca de alguns trilhões de dólares diariamente nesses mercados em todo o mundo, ainda hoje. Trata-se de uma verdadeira *especulação virtual*, que somente se tornou possível graças à criação de mecanismos informacionais altamente matematizados que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitaram crescimento inédito de capitais especulativos. Estes se tornaram vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis — e fundamentalmente incertos e arriscados —, destruindo economias em razão do entrelaçamento entre mercados especulativos e produtivos.

Esses novos mercados financeiros representam, contudo, apenas parte de algo maior, inseridos no conhecido “modelo de acumulação flexível” (Harvey), que pode assim ser sumariado:

a) em relação às drásticas mudanças da ordem internacional, o ocaso do socialismo, que representou por décadas uma alternativa ao capitalismo, contribuiu decisivamente para o fim da Guerra Fria, assim como, deuse a expansão do capitalismo para quase todos os países do globo. As assimetrias entre os países foram vigorosamente ampliadas.

b) quanto à maior interdependência das economias nacionais e ao papel das agências multilaterais, foram viabilizados por meio da desproteção ao capital nacional, notadamente nos países periféricos. Apesar da assimetria entre os diversos países, o tema da *abertura econômica* ocupou a Agenda internacional, desde o início dos anos 1980. Do ponto de vista institucional, criaram-se agências voltadas à liberalização do comércio mundial,

sobretudo, a Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, observou-se o papel impositor de políticas neoliberais por meio do Bird, do BID e do FMI. O modelo de acumulação flexível fora, portanto, a moldura econômica para importantes transformações políticas que se verificaram a partir do final dos anos 1970, e que, em larga medida, levaram à crise de 2008.

c) no que tange à reestruturação produtiva, paulatinamente tornada “flexível”, ocorreu a introdução de novas tecnologias (informática, robótica e outras) e de novos modelos de gestão empresarial (reengenharia, entre outras) na atividade produtiva, que implicam a redução do capital humano; introduziu-se o incessante processo de subcontratação — terceirização e quarteirização — de empresas em substituição à clássica “empresa gigante” fordista; vem ocorrendo a expansão geográfica da produção econômica, o que implica o arrefecimento das fronteiras nacionais no que se refere a produção/circulação de produtos e serviços, embora não de mão de obra; deu-se o rompimento — em termos estruturais — do pacto entre Capital e Trabalho, intermediado pelo Estado desde o pós-guerra, implicando brutal diminuição do poder dos sindicatos; conseqüentemente, verifica-se o impressionante enfraquecimento da força de trabalho em razão, além do mais, da flexibilização da proteção à mão de obra, o que fragilizou ainda mais a organização dos trabalhadores;

d) em relação ao aparato ideológico, o liberalismo revigorado e hegemônico, entre a década de 1980 e 2008, pode ser assim sintetizado, pois personificado em diagnósticos e programas de governo: *i*) precedência da esfera privada (o indivíduo *livre* no mercado) sobre a esfera pública; *ii*) máxima desestatização da economia, privatizando-se ao máximo as empresas sob controle do Estado; *iii*) desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros; *iv*) desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário, e indutor de comportamentos não valorizadores do mérito e do esforço pessoais; *v*) forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho (como de fato ocorreu, em larga escala), em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor; *vi*) desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; *vii*) ênfase nas virtudes do *livre mercado*, em vários sentidos; *viii*) concepção de liberdade como “liberdade de

*mercado*”, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos; *ix*) crença de que o Estado interventor seria *intrinsecamente* produtor de crises — daí as chamadas “reformas do Estado orientadas para o mercado” e a ênfase na diminuição de impostos e gastos governamentais; *x*) ênfase nas mínimas funções do Estado: fundamentalmente a garantia da propriedade privada, dos contratos acordados e do livre mercado e a desregulamentação, desregulação e flexibilização dos fatores produtivos.

Em particular quanto a este último aspecto, tais predições foram válidas de forma mais ou menos acentuada dependendo de diversas particularidades de cada país, e vêm sendo contrastadas pelas perspectivas desenvolvimentistas, de matizes diversas, mas que têm como núcleo comum a descrença no “livre mercado”, paralelamente ao papel ativo concebido pelo Estado, embora distinto do “velho” desenvolvimentismo. Essas correntes podem ser identificadas pelas seguintes terminologias: neokeynesianismo, social democracia contemporânea, “novo” nacional-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, “novo desenvolvimentismo”, entre outras.<sup>2</sup>

Quanto à crise econômica mundial, que eclodiu em setembro de 2008, é a contraface, do ponto de vista do *modus operandi* do capitalismo contemporâneo, das ideias hegemônicas neoliberais. Contudo, antes mesmo de sua eclosão, o debate nas hostes desenvolvimentistas manteve-se vivo, embora suas ideias tivessem amargado, por décadas, o ostracismo e o estigma de extemporâneas e obsoletas. É a respeito desse debate, por vezes oculto, por vezes aberto, que este texto pretende refletir, pois expressam — neoliberalismo e desenvolvimentismo — paradigmas conflitantes.

Ressalte-se que a atual crise é fundamentalmente uma crise estrutural do modelo de acumulação “flexível” que, reitera-se, tem como marcas a preponderância do capital financeiro em escala global; a complexa articulação deste capital — os aludidos mercados especulativos — com o capital produtivo; a diminuição substantiva do número de trabalhadores necessários à reprodução do capital; a extrema terceirização da produção, em escala global; a vigorosa fragilização dos trabalhadores; entre outros aspectos. Deve-se enfatizar que a ideologia neoliberal foi decisiva — autores

2 Note-se que a citação acima de Reginaldo Souza Santos — *Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*, op. cit. — confirma amplamente esses postulados.

como L. von Mises,<sup>3</sup> F. von Hayek,<sup>4</sup> M. Friedman<sup>5</sup> e J. Buchanan,<sup>6</sup> por exemplo — para a sustentação teórica e ideológica desse modelo, em crise desde 2008.<sup>7</sup> Deve-se destacar o papel da *Mont Pelérin Society* como *think tank* balizadora do pensamento ultraliberal.<sup>8</sup> As reuniões da *Sociedade Mont Pelerin* realizam-se anualmente desde 1947 até hoje, tendo ocorrido no Brasil em 1993. O intuito dessas reuniões é, em se constituindo em “internacionais liberais”, espriar as ideias ultraliberais a partir de um *núcleo duro doutrinário*, à guisa do que fizeram os socialistas. De acordo com R. Cockett:

[. . .] in Hayek’s opinion, regularly and successfully acted as if they fully understood the key position of the intellectuals and have directed their main efforts towards gaining the support of the "elite", which was certainly true of the Fabians and Keynes in Britain. [E continua o autor:] For Hayek, what to the contemporary observer appears as a battle of conflicting interests decided by the vote of the masses, has usually been decided long before in a battle of ideas confined to narrow circles.

É, portanto, nesse contexto político, econômico e ideológico que se deve analisar o papel de diversas instituições, que por vezes atuam como importantes *think tanks*. Como se observa na passagem acima, a ideologia radicalizada do neoliberalismo, por isso traduzido em ultraliberalismo, vicejou tendo em vista a insistência — por meio da simplificação e divulgação de suas ideias — com que foram afirmadas.

Em contraposição, nos últimos anos, percebe-se clara postura voltada à discussão acerca do *novo desenvolvimento* na perspectiva da construção

3 Ver o *site* que expressa as idéias deste autor: <<http://mises.org/>>.

4 Ver o *site* <<http://hayekcenter.org/>>, pois expressa o legado das ideias hayekianas e intitula-se: Taking Hayek Seriously the Home of the Friedrich Hayek Scholars Page.

5 Ver Escola de Chicago, notadamente seu departamento de Economia: <<http://economics.uchicago.edu/>>.

6 Ver o *site* do Center for Study of Public Choice — <<http://www.gmu.edu/jbc/>> —, em que se destacam as ideias de James Buchanan, entre outros.

7 Hayek, 1948, apud Cockett, 1995, pp. 104 e 105. Ver <<http://www.montpelerin.org/>>. Esses *sites* representam verdadeiras “trincheiras ideológicas”, segundo a terminologia de Antonio Gramsci.

8 Denomina-se assim, neste texto, o movimento comumente chamado de “neoliberal” em razão da radicalidade tanto dos diagnósticos como das proposições que seus ideólogos fizeram durante décadas de oposição às ideias “intervencionistas”, mas sobretudo as reformas que influenciaram desde os anos 1980. O termo “ultraliberalismo” confere maior clareza a essa radicalidade.

de um outro paradigma em relação à superação tanto do neoliberalismo como dos erros do “velho” desenvolvimentismo. Quanto a esses últimos, ao olhar para a história deve-se destacar características do desenvolvimentismo tradicional, tais como: a ausência de controle social sobre o Estado; a proteção relativamente indiscriminada e sem contrapartidas aos setores empresariais, vigente por décadas; o crescimento econômico sem distribuição de renda, em diversos casos; a despreocupação ambiental; o crescimento dependente e associado ao capital externo; entre outros.

Dessa forma, é nessa intersecção entre debate teórico e embate político/ideológico que este artigo objetiva refletir sobre a possível mudança de paradigma tendo como contexto a crise mundial, iniciada em 2008.

### **A financeirização do capitalismo**

Notadamente a partir dos anos 1980, os mercados especulativos, progressivamente associados aos produtivos, vêm estabelecendo novos contornos ao capitalismo: “Conforme estatística do Bank for International Settlements (BIS), estima-se que o mercado de derivativos de balcão, em meados de 2000, esteve perto de US\$80 trilhões. Para dar ideia do que isso significa, o PIB brasileiro, em 2000, foi de aproximadamente de US\$ 602 bilhões”.<sup>9</sup> Esse impressionante número demonstra que a economia contemporânea “funciona” cada vez mais sem lastro na produção real. O mais interessante é que a clássica separação entre mercados produtivos e mercados financeiros tem sido desfeita, dada a intensa e complexa articulação entre ambos.

De acordo com a proposta do Governo de Barack Obama, sistematizada pelo secretário do Tesouro, Timothy Geithner, o sistema bancário deveria ser balizado pelos seguintes princípios, que, por si só, revelam o descompasso entre o valor real dos ativos e a especulação virtual: 1.º) deveriam ser criadas exigências de capital para proteger o sistema financeiro como um todo; 2.º) as exigências de capital deveriam aumentar, principalmente, para instituições financeiras importantes; 3.º) dever-se-ia exigir que os bancos detenham capital de qualidade; 4.º) medidas visando o capital sujeito a risco deveriam avaliar cuidadosamente os riscos; 5.º) as exigências de capital deveriam ser contra cíclicas, e não pró-cíclicas; 6.º) deveria existir um limite fixo para a alavancagem; 7.º) as autoridades reguladoras deveriam

9 Fonte: “Mercado de Derivativos” — BM&F Brasil: <[http://www.bmf.com.br/portal/pages/certificacao/Derivativos\\_ConceitosDefinicoes.pdf](http://www.bmf.com.br/portal/pages/certificacao/Derivativos_ConceitosDefinicoes.pdf)>.

fiscalizar a liquidez dos bancos, não apenas sua solvência; 8.º) exigências de capital mais rigorosas para o sistema bancário não deveriam provocar o ressurgimento de um *setor financeiro não bancário* pouco regulado e que representa ameaça à estabilidade financeira global.<sup>10</sup>

Esse conjunto de propostas, como se observa, demonstra que grande parte do sistema bancário internacional, notadamente o dos EUA, é não apenas desregulado como desregulamentado. Por isso, as sete primeiras exigências — que, reafirme-se, são proposições que nunca foram efetivadas integralmente — são voltadas ao sistema bancário no intuito de garantir que os empréstimos e endividamentos fossem solúveis, lastreados em ativos reais e de “qualidade”: eufemismo de não baseados em títulos de difícil resgate e baixa credibilidade, também chamado, no jargão do mercado financeiro, de “podres”. Contudo, o aspecto mais importante refere-se ao item oitavo, uma vez que explicita ser o sistema bancário apenas uma parte, embora crucial, do Sistema Financeiro (SF) como um todo. Afinal, o SF é marcado pela volatilidade de fluxos financeiros internacionais e informacionais e pelo “risco moral” altíssimo, em que os agentes privados esperam que o Estado — como se viu após o *crash* de 2008 — assegure aos investidores as “externalidades” (fortemente negativas) causadas por eles. Aqui, tal como na crise de 1929 e em todas as outras em que o capitalismo esteve sob enorme risco, o discurso ultraliberal do livre mercado dá lugar ao extremo pragmatismo.

O Sistema Financeiro Internacional vem protagonizando, desde a década de 1970, por meio de novos mercados altamente voláteis, sucessão de crises financeiras. Para Charles Morris:

As hipotecas residenciais se tornaram matéria-prima para a gestão quantitativa de portfólios depois de terem sido estruturadas como instrumentos que eram muito semelhantes a títulos negociáveis. As eficiências de investimento geraram benefícios tanto para os bancos de investimento quanto para os consumidores, mas foram rapidamente levadas a extremos perigosos. Depois houve uma pressão generalizada para reconfigurar quase todos os ativos — hipotecas de edifícios de escritórios, títulos de mercados emergentes, empréstimos

<sup>10</sup> Fonte: jornal *The Washington Post*, 13-9-2009. É interessante notar que grande parte do alto escalão das finanças estadunidenses permaneceu no poder no Governo Obama, o que demonstra o enraizamento do rentismo internacional, cujas bases se encontram nos EUA.



bancários de risco e muito mais —, de modo que eles se comportassem mais como títulos idealizados do que como os instrumentos desajeitados e obscuros que realmente são. A reengenharia melhorou muito a eficiência do mercado e reduziu os custos de financiamento, mas também criou a ilusão de que os riscos subjacentes eram bem entendidos e estavam sob controle.

Essas três tendências — a transferência das transações financeiras para mercados não regulados, o constante agravamento do problema da “agência” e a pretensão de que todas as finanças podem ser matematizadas — convergiram para criar a grande bolha de crédito da década de 2000.<sup>11</sup>

A análise de Morris, como se observa, demonstra como as chamadas “bolhas especulativas” fazem parte da lógica do capitalismo contemporâneo. Embora o autor analise o caso dos EUA, sua descrição envolve, na verdade, toda a dinâmica especulativa permitida pela especulação financeira global. Nesse aspecto, o significado de “globalização”, tão vulgarmente alardeado desde a década de 1980, adquire de fato substância, pois moedas, ativos, ações e papéis os mais diversos são negociados no mundo todo, utilizando-se também do fuso horário como forma de ampliar os ganhos.

Como se sabe, a complexa estrutura financeira é extremamente ilustrativa do funcionamento do *mercado subprime* tendo em vista a incrível cadeia de relações bancárias ancoradas em hipotecas, atingindo-se cifras impressionantes. O emaranhado de relações financeiras envolvidas, cujo crédito farto, apostas arriscadas e leniência estatal perante o que seria o colapso global do crédito indica claramente a maneira de operar do capitalismo contemporâneo. Embora haja grande virtualidade nesse processo especulativo — possibilitada pelas tecnologias digitais e pelos novos mercados criados, desde a década de 1970 —, o fato é que seus efeitos são extremamente tangíveis, como se observa, desde 2008, sendo o símbolo mais marcante a quebra do Lehman Brothers Bank. Seus efeitos sociais são, contudo, muito mais perversos, a começar pelo desemprego.

Em reação a essa situação caótica, do ponto de vista social, diversos grupos críticos ao capital especulativo surgiram como forma de protestar e propor alternativas, tais como o Attac (Association pour la taxation des

11 Morris, 2009, pp. 104 e 105.

transactions pour l'aide aux citoyens), entre outros, cujo objetivo central é taxar as atividades financeiras internacionais e, com isso, criar um fundo com vistas a diminuir desigualdades mundiais. Embora aceite, no limite, a existência desses mercados, pretende diminuir sua incidência e, por meio de taxaço, distribuir parte do dinheiro obtido entre os países pobres.

Nesse sentido, a bandeira do Attac, assim como, do Fórum Social Mundial e de outros movimentos como o Occupy Wall Street, os Indignados e tantos outros, demonstra claramente como o capitalismo financeirizado é parte constitutiva do próprio programa ultraliberal: a crítica aos efeitos deletérios dessa constelação de capitais financeiros é abertamente exposta por todos esses movimentos. Afinal, a liberdade extremada aos diversos mercados, pregada pelas escolas ultraliberais (como a Austríaca, a de Chicago e a de Virgínia), foi importante justificativa em prol da “liberdade de empreender”. Mais ainda, o capital financeiro foi saudado com inovador e potencial financiador da produção, sem nenhuma consideração acerca de seus efeitos deletérios. Daí a sequência de desregulações e desregulamentações internas a cada país, num contexto marcado pela flexibilidade internacional de todos os mercados, definindo claramente o significado e o impacto desses capitais e desses mercados. É também por isso que o Attac luta pela regulação do capital especulativo e por sua taxaço.<sup>12</sup>

### **Acumulação capitalista e sustentação ideológica**

Paralelamente ao modelo de acumulação, cujo capital financeiro ocupa lugar proeminente, os ideólogos ultraliberais propugnaram um capitalismo altamente desregulado e desregulamentado, a precedência absoluta do Capital sobre o Trabalho, o “livre mercado” como panaceia e *locus* da “democracia”, entre outras agendas. O “capitalismo de cassino” é, nesse sentido, nada mais do que a consequência lógica à “liberdade” — extremada e sem controles — concedida às frações do Capital.

Embora o mercado seja, *per se*, assimétrico, os poderes advindos dos grupos cujos poderes aumentaram fartamente, caso do SF, jamais foram considerados excepcionais pelos ultraliberais quanto às relações econômicas assim como em relação à sua influência na democracia. Mais ainda, desde os anos 1970, ditadores como Pinochet foram apoiados e assessorados por

12 Ver <<http://www.attac.org/>>.

economistas ultraliberais em razão das políticas de “livre mercado” desenvolvidas pela ditadura chilena.

A grande crise que eclodiu em 2008 e se abateu sobre o mundo capitalista, cujas consequências são enormes e distintas aos países e sentidas até os dias de hoje, é portanto resultante do enquadramento ideológico dos governos ao SF, mas também às instituições multilaterais, à mídia, entre outros fóruns e aparelhos ideológicos.<sup>13</sup> Afinal, por décadas, a cantilena de que o Estado interventor sufocava os investimentos, o empreendedorismo,<sup>14</sup> a liberdade e o mérito ressoaram fortemente pelo mundo: na mídia, nos mais diversos espaços públicos e nas universidades. Quando, na década de 1970, a crise que sustentou os modelos sociais-democratas, sobretudo na Europa, fez ruir o chamado “consenso keynesiano” (que na América Latina teve sua expressão no “nacional desenvolvimentismo”), os ultraliberais possuíam uma agenda pronta para ser implantada.<sup>15</sup> Essa agenda possibilitou a desestatização, a desregulação e a desregulamentação, sustentando-se como legítimos os mercados financeiros altamente voláteis e dissociados da economia “real”, isto é, não baseados no lastro da produção de bens e serviços. As justificativas ultraliberais legitimaram a hoje denominada, popularmente, “farra das hipotecas imobiliárias”, os empréstimos bancários muitas vezes acima de seu patrimônio e a existência de mercados virtuais, na esteira da tecnologia digital. Em outras palavras, o capitalismo produtivo, típico da primeira e da segunda revoluções industriais, fora de certa forma “substituído” pelo da especulação virtual, embora haja complexa articulação entre esses dois mercados.

As consequências desse capitalismo flexibilizado e financeirizado, após anos de crescimento econômico ilusório, desenlaça um capitalismo que necessita do Estado, sem o qual o sistema como um todo seria devorado por si mesmo. Nesse sentido, toda a cantilena antiestatal é obrigada a aceitar a intervenção vigorosa dos Estados nacionais, assim como, das entidades multilaterais: estas, em particular, até há pouco títeres do ultraliberalismo, uma vez que tiveram (Estados e instituições multilaterais) de

13 Compreende-se os aparelhos ideológicos como “aparelhos privados de hegemonia” (Gramsci), que foram fundamentais à construção do ideário e do imaginário ultraliberal.

14 O termo “empreendedorismo”, tomado como a liberdade sem limites de “empreender” dominou ideologicamente o discurso e a agenda mundiais, nas décadas de 1980 e 1990, e mesmo nos dias de hoje. Toda e qualquer ação, notadamente estatal, que pudesse enquadrar ou mitigar seus eventuais efeitos negativos fora considerada extemporânea e atentatória à liberdade, caso do mercado financeiro.

15 Ver Fonseca, 2005.

participar da onda de estatizações e outras formas de intervenção estatal em diversas empresas ícones do capitalismo, após o *crash* de 2008.

Embora o ciclo de intervenção do Estado (entre 1929 e a década de 1970), substituído pelo liberalismo, nova intervenção, nova crítica posterior à intervenção, etc., seja conhecido ao longo da história, aparentemente a atual crise vai além dessa conhecida oscilação circular, pois aponta para fatores estruturais: a impossibilidade de o projeto ultraliberal de “radical liberdade aos capitais” ser exitoso. Mais ainda, demonstra que o programa teórico/ideológico ultraliberal fracassou, embora não tenha se exaurido, muito ao contrário.

No que tange às perspectivas para sua eventual superação, quanto a uma outra forma de ser do capitalismo, estão em pleno processo de construção, no contexto de embates políticos, econômicos, sociais e ideológicos. Afinal, a intervenção estatal, requerida *momentaneamente* pelos ícones do capitalismo para salvá-lo, tem efeitos imprevistos, tanto em termos econômicos como políticos e ideológicos.

O ocaso do projeto ultraliberal, caso se confirme, abrirá, por si só, longo caminho para maior regulação do Estado, ao lado da criação de novos mecanismos de controle do capital financeiro e de melhor equação quanto à extremada desigualdade social.<sup>16</sup> Essas possibilidades, contudo, convivem com um modelo de acumulação, em termos estruturais, altamente excludente e precarizante. Nesse sentido, as perspectivas políticas em contenda terão, necessariamente, de enfrentar os desafios de reorganizar o modelo vigente, o que não é propriamente tarefa simples e menos ainda de uma geração, isto é, tal processo possivelmente esteja apenas começando, se é que está, uma vez que o poder do SF continua extremamente presente. E, como a história só pode ser avaliada no “longo prazo” (Braudel), há um vasto caminho aberto, cuja possível derrota do projeto ultraliberal representará passo histórico e teoricamente significativo.

Ressalte-se que um dos aspectos mais marcantes do mundo contemporâneo — isto é, dos anos 1970 aos dias de hoje — diz respeito à chamada “crise do emprego” (terminologia eufemística) ou mais precisamente do que alguns autores definem como o “fim do emprego” formal, cada vez mais substituído por ocupações precárias e transitórias: esse processo atingiria indistintamente os trabalhadores, embora assimetricamente, o que

16 Deve-se lembrar que, em 2015, 1% dos mais ricos, em todo o planeta, detêm 50% da riqueza mundial.

inclui as assim denominadas “classes médias”. Segundo J. Rifkin, em seu instigante livro sobre o “fim dos empregos”, uma das expressões dessa ruptura seria a chamada “reengenharia” (*reengineering*), pois:

A “reengenharia” está arrebatando a comunidade corporativa, transformando em crentes até mesmo os executivos mais céticos. As empresas estão reestruturando rapidamente suas organizações, tornando-as *computer friendly* [ . . .]. Com isso, estão eliminando níveis de gerência tradicionais, comprimindo categorias de cargos, criando equipes de trabalho, treinando funcionários em várias habilidades, reduzindo e simplificando os processos de produção e de distribuição e dinamizando a administração. Os resultados têm sido impressionantes. Nos Estados Unidos, a produtividade global saltou 2,8% em 1992, o maior aumento em duas décadas [informação baseada no artigo “Price of progress: re-engineering gives firms new efficiency, workers the pink slip” publicado no *Wall Street Journal*, em 16-3-1993, página 1]. A vertiginosa escalada da produtividade significou demissões em massa da força de trabalho. Michael Hammer, ex-professor do MIT e pioneiro na reestruturação do ambiente de trabalho, diz que a reengenharia resulta na perda de mais de 40% dos empregos numa empresa e pode levar a uma redução de até 75% dos funcionários. A gerência média está especialmente vulnerável à perda do cargo em função da reengenharia. Hammer estima que até 80% das pessoas envolvidas em funções de gerência intermediária são suscetíveis de demissão.<sup>17</sup>

Como se vê, a lógica da terceira revolução industrial — a chamada “acumulação flexível” —, encarnada em diversas estratégias, como a citada reengenharia, implica formas distintas de terceirização, contratações de autônomos (cada vez mais obrigados a se transformarem em “pessoas jurídicas” e temporários) no contexto de processos baseados em *downsizing*. Paralelamente, processos *just in time* — emoldurados pela propaganda como “soberania do consumidor” — destinam a produção a nichos cientificamente planejados e gerenciados. Especificamente quanto à administração, o conceito de “produção enxuta”, “escritório enxuto”, entre outros,

17 Rifkin, 2001, p. 7.

chegam até o setor de serviços por meio da imposição da lógica estrutural do desemprego tecnológico.

Finalmente, a produtividade e os lucros aumentam vertiginosamente simultaneamente à redução global da força de trabalho. Essa é a dinâmica da terceira revolução industrial cujo capital financeiro é uma de suas expressões. Mesmo que novas regulamentações ocorram quanto ao capital volátil, não há nenhum indicador de que essa forma “flexível” de produzir se altere. Ressalte-se que o ultraliberalismo foi o sustentáculo ideológico dessa forma de ser do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, Reginaldo Souza Santos, no referido texto “Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil”, assim define o neo (ou ultra) liberalismo:

[. . .] esse é um período [década de 1990] marcado por um discurso ideológico construído e posto em prática pela corrente neoliberal e que assegura a ineficiência dos serviços públicos gerenciados pelo Estado. Assim, o papel do Estado passa a ficar restrito à criação das condições para crescimento do capitalismo, com forte ênfase na desestatização e na constituição de normas legais que garantam o acesso da iniciativa privada como executora dos serviços “públicos”. Esse contexto foi criado devido às sucessivas crises do capitalismo, encaradas ideologicamente como crise do Estado, consequência direta do redirecionamento do modelo político mundial necessário à expansão do sistema capitalista, sendo importante no processo a reintegração da periferia a essa dinâmica remodelada.<sup>18</sup>

A doutrina ultraliberal, como se observa, foi o cimento intelectual e ideológico utilizado para conquistar corações e mentes em torno de um projeto que objetivava, simultaneamente, duas frentes: desacreditar e estigmatizar a intervenção do Estado na economia — em sentido lato —, tal como demonstra a passagem acima, e criar o mito de que o propalado “livre mercado” seria a panaceia que tudo resolveria. Como vimos, sobretudo a partir de 2008, sem Estado não haveria capitalismo: truísmo sistematicamente desconsiderado pelos ideólogos neoliberais.

18 Santos, op. cit., p. 13.

### **Novo desenvolvimentismo no século XXI?**

Para que haja um novo ciclo de desenvolvimento, deve-se aprender com os erros do passado, assim como (re)significar o próprio conceito. Segundo João Sicsú et al., tais bases poderiam ser sintetizadas por meio das seguintes premissas:

(i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia *nacional* de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.<sup>19</sup>

Já para Bresser-Pereira, tais bases teriam os seguintes condicionantes:

(i) uma maior abertura da conta comercial do País, que deve ser feita de forma negociada e com reciprocidades; (ii) um novo papel do Estado, com um planejamento mais estratégico; (iii) preocupação com a estabilidade macroeconômica, incluindo não só estabilidade de preços como também equilíbrio do balanço de pagamentos e busca do pleno emprego; (iv) uma nova política macroeconômica que permita inverter a equação perversa juros elevados e câmbio apreciado; (v) não aceitar a estratégia de crescimento com poupança externa, visando alternativamente financiar o desenvolvimento como recursos próprios de cada nação.<sup>20</sup>

Ambos os textos têm por base o fortalecimento do Estado, embora não nos termos anteriores — que fora marcado pela ampla proteção ao capital nacional e pela atuação do Estado centralizado —, assim como o apoio ao fortalecimento do capital nacional. Essa equação seria organizada

19 Sicsú, Paula & Michel, 2005: “Por que o novo-desenvolvimentismo?”: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf)>.

20 Bresser-Pereira, L. C. (2004). “Novo-desenvolvimentismo”. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, 19-9-2004.

da seguinte forma, embora ambos os autores não proponham exatamente os mesmos receituários: *a)* abertura comercial e a integração com os mercados internacionais deveriam ser intentadas, mas com estratégia e inteligência, superando a fase da substituição de importações. O Estado deveria apoiar — por meio de crédito e da pesquisa de ponta em ciência & tecnologia — o fortalecimento do capital nacional; *b)* o Sistema Financeiro deveria ser modelado para financiar a produção, distanciando-se do circuito especulativo; *c)* a existência de poupança doméstica seria o meio de promover o desenvolvimento, não dependendo da poupança externa; *d)* necessidade de criação e/ou aprofundamento de uma rede de proteção social, mas que teria como horizonte o mercado privado de trabalho, por sua vez sustentado pelo crescimento sustentado da economia; *e)* necessidade de se desenvolver inovações tecnológicas e outras internamente, não dependendo da dinâmica exterior; *f)* articulação da política macroeconômica com políticas de desenvolvimento, sobretudo voltadas ao longo prazo; *g)* proteção à “conta de capitais”; *h)* promoção da empregabilidade por meio do estímulo ao investimento privado e ao crescimento da economia, mas de forma sustentada e de longo prazo; *i)* ênfase à competitividade apoiada pela taxa de câmbio, notadamente quanto às exportações; *j)* estímulo à competitividade das empresas nacionais e ao aumento da produtividade dos trabalhadores.

Alguns aspectos acima são assim retratados por Sicsú et al. Quanto ao desenvolvimento econômico:

Também não temos conseguido mais adotar uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o País. Este requer uma boa combinação de políticas de longo prazo (política educacional, política industrial, política científico-tecnológica, etc.) e políticas macroeconômicas consistentes. Por exemplo, o sucesso de uma política industrial depende, em parte, de uma boa articulação com as políticas macroeconômicas. Uma política econômica persistentemente contracionista — com juros reais elevados e política fiscal apertada — pode inviabilizar uma política industrial pelo simples fato de que não cria um ambiente propício que estimule os empresários a investir.<sup>21</sup>

21 Ver em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf)>, p. 13.



O autor prega, como base do novo desenvolvimentismo, a revisão da política macroeconômica no sentido de estimular o investimento empresarial, criando um ambiente favorável para tanto. Especificamente em relação ao estímulo ao empresariado:

A política econômica, na perspectiva novo-desenvolvimentista aqui proposta, relaciona-se à adoção de um conjunto de medidas que visa a aumentar o nível de demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos — uma vez que os níveis de emprego e utilização da capacidade produtiva dependem, em boa medida, dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários. Em outras palavras, a política econômica deve procurar afetar o investimento privado global, criando um ambiente seguro que estimule escolhas mais arriscadas — mas que rendam lucros e gerem empregos — no lugar da simples acumulação de ativos líquidos — isto é, a boa política é aquela que induz os agentes a investirem em ativos de capital, dando origem a investimento novo [ . . .].<sup>22</sup>

Como se observa, a lógica da argumentação tem como premissas que: 1.º) a origem do capital, notadamente o empregador, isto é, de médio e grande porte, é nacional; 2.º) independentemente da origem do capital, o crescimento da economia levará ao aumento do emprego: supõe-se que seja o emprego formal. Em outras palavras, o crescimento da economia implicaria, tal como na lógica da segunda revolução industrial, empregabilidade.

Esses autores, assim como diversas correntes que repensam o desenvolvimento, não levam em consideração a lógica — tal como a discutimos em seções anteriores — de que o capitalismo contemporâneo tem como marca a redução do estoque necessário (à reprodução do capital) da mão de obra. Embora o crescimento econômico necessariamente fará aumentar o número de empregos, tal contingente ou será sazonal, ou jamais semelhante aos padrões do pós-guerra, tendo em vista a dinâmica da acumulação flexível: neste modelo, a necessidade de mão de obra vem diminuindo de forma inversamente proporcional à produção de bens de serviços e do lucro.

22 Ver em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf)>, p. 4.

Afinal, os processos de subcontratação — em escala internacional —, *just in time*, obsolescência programada, oligopolização dos segmentos econômicos, segmentação do consumo e reengenharia, apenas para citar algumas características, não apenas reduzem drasticamente o emprego formal como garantem fidelização dos consumidores e controle sobre a demanda. Além disso, sobretudo em países periféricos, como o Brasil, o processo de privatização de empresas estatais e de venda de empresas privadas nacionais para conglomerados multinacionais levou à transferência dos espaços decisórios do território nacional para o exterior: o impacto desse processo implica que decisões de investimentos, de utilização de determinadas tecnologias e de entrelaçamento com a cadeia produtiva independem em larga medida dos Estados e do empresariado nacional.<sup>23</sup> Dado esse conjunto de questões, estratégias desenvolvimentistas, mesmo que por meio de novos paradigmas, esbarram em constrangimentos — até então não superados — da dinâmica do capitalismo contemporâneo. A esse conjunto de problemas os autores em foco e diversas correntes desenvolvimentistas não se manifestam, observando outros problemas estruturais que não esses.

De outro ângulo, é interessante observar como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vem discutindo a questão do desenvolvimento no Brasil por meio de uma série de seminários e livros. Assim, Carlos Lessa, destacado economista desenvolvimentista e ex-presidente do BNDES, se expressa perante o desenvolvimento brasileiro:

A mediocridade do crescimento brasileiro não engendrou apenas a paralisia nas matrizes energética e logística. É visível que seu desempenho se atrofiou e se degradou. A erosão da infraestrutura tem sua macroexplicação no percurso rastejante da economia nacional e nas respostas político-econômicas setoriais adotadas durante o último quarto de século.

No início dos anos 1980, a especulação financeira mundial dá origem à chamada “crise da dívida externa”. No Brasil, a crise acentua a aceleração inflacionária. A década de 1980 é orientada à reconstituição político-institucional, com a transição entre o regime militar

23 O caso da desnacionalização do setor de autopeças é bastante significativo nesse sentido. Há de se ressaltar também os processos de fusão entre empresas nacionais e estrangeiras, assim como a participação das primeiras em circuitos produtivos internacionais, o que implica adequação a normas dadas por matrizes ou grandes conglomerados multinacionais.

autoritário e o novo Estado de Direito inscrito na Constituição de 1988. Apesar da estagnação da economia, do cenário externo asfíxiante e do processo inflacionário acelerado, houve relutância em abandonar o projeto nacional desenvolvimentista. A Constituição consagrou regras e conceitos que haviam impulsionado e protegido os programas setoriais de energia e transporte.

Como é sabido, o centro hegemônico mundial pós-Guerra Fria proclama as teses da globalização e restaura a exaltação dos mecanismos de mercado. O comportamento da periferia é referenciado pelo Consenso de Washington, cuja tradução interna inaugura, para o Brasil dos anos 1990, um discurso de três diretivas. A primeira afirma que o modelo de crescimento nacional-desenvolvimentista estaria esgotado, tendo terminado o processo dito “de substituição de importações”. Entre suas principais falhas estariam a debilidade do sistema de ciência e tecnologia e o excessivo fechamento externo da economia.

A segunda diretiva preconiza a ideia de “integração competitiva”, propondo abrir a economia brasileira a uma participação maior nos fluxos de comércio internacional [ . . . ]

A terceira diretiva estabelece como prioridade absoluta da política econômica a desmontagem da espiral preços-salários. [ . . . ]

A esta altura, cabe perguntar: qual é o projeto nacional brasileiro? Persiste o neoliberal? O PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] é introdutório a um futuro projeto nacional? Há uma surda saturação brasileira com a mediocridade da economia e a precariedade nos serviços públicos essenciais: saúde, educação e segurança. A questão do emprego domina as ansiedades do jovem brasileiro [ . . . ]. A tolerância a “apagões” tende a diminuir.

O neoliberalismo começa a recuar ao compasso das dificuldades crescentes do sistema financeiro internacional. [ . . . ]

Diretivas relevantes para a construção de um futuro projeto nacional têm sido antecipadas pelo atual governo.<sup>24</sup>

Embora a passagem acima seja referenciada a uma conjuntura específica, seus elementos basilares continuam presentes. Nesse sentido, não bastassem os constrangimentos apontados por todas as linhas de pensamento

24 Lessa, in Cardoso Jr., 2009, pp. 96 e 97.

e pelos principais intérpretes desenvolvimentistas, deve-se levar em conta a variável ambiental, tendo em vista a finitude dos recursos naturais e o fato de que o atual modelo capitalista produtivo internacional necessita de mais recursos naturais do que o planeta pode oferecer,<sup>25</sup> o que coloca em questão o próprio sentido de desenvolvimento, pois, afinal, se trata de um problema planetário, mas com efeitos em todos os países e regiões, notadamente nos que procuram firmar-se como potências econômicas industriais ou estão emergindo para tanto.

Além desses aspectos, há de se observar a reconfiguração do tabuleiro mundial, com a crise da política de unilateralidade dos EUA, a decadência relativa do dólar como moeda mundial, o alcance apenas regional do euro, a ascensão dos Brics, particularmente da China,<sup>26</sup> e a crise financeira de 2008 — com seus efeitos vigentes até os dias de hoje —, colocam novas questões que, articuladas ao modelo de acumulação, tornam a reflexão sobre desenvolvimento muito mais complexa do que as perspectivas acima demonstram. Afinal, há variáveis extranacionais que, articuladas a atores nacionais, diminuem o poder do Estado nacional e de certas estratégias de desenvolvimento. Com tal constatação, não se pretende, de forma alguma, diminuir a importância da reflexão e de estratégias acerca do desenvolvimento, ao contrário, e sim demonstrar os limites aos quais o atual debate vem incorrendo.

### **À guisa de conclusão**

A militante atuação do *movimento ultraliberal*, desde os anos 1940, foi decisiva ao surgimento do modelo de acumulação flexível: por meio de mordazes críticas aos modelos de regulação do Estado, do discurso radicalizado, da ascensão de governos ideologicamente vinculados a essa corrente e da mudança das instituições internacionais, dentre outros fatores.

Por mais que esses diversos aspectos possuam relativa independência, não se pode deixar de considerar o papel de um movimento que fora, pau-

25 Nos sites <<http://dowbor.org/>> e <<http://www.akatu.org.br/>> há discussões importantes sobre essa questão. Ver particularmente o relatório, coordenado pelo Instituto Akatu e pela Worldwatch Institute (WWI), intitulado “Estado do Mundo — 2010”, em que a relação produção, consumo, desigualdades e sustentabilidade mundiais são analisadas de forma inédita: <[http://www.akatu.org.br/akatu\\_acao/publicacoes/reflexoes-sobre-o-consumo-consciente/estado-do-mundo-2010-transformando-culturas-2013-do-consumismo-a-sustentabilidade](http://www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/reflexoes-sobre-o-consumo-consciente/estado-do-mundo-2010-transformando-culturas-2013-do-consumismo-a-sustentabilidade)>.

26 A recente criação do fundo e do banco dos Brics representa clara inflexão, aos países do Sul, no sentido de autonomia político/financeira jamais vista, o que implica recolocar as peças no tabuleiro instituído por Bretton Woods, ao menos em tese.

latinamente, conquistando *corações e mentes*. Afinal, *estrutura produtiva e discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se dialeticamente, tendo conseguido, portanto, transformar a agenda e a hegemonia desenvolvimentistas. Em outras palavras, a proteção estatal aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, conquistada a partir de acontecimentos como a grande depressão, as duas guerras mundiais e o espectro revolucionário de esquerda, dentre outros eventos, vem paulatinamente regredindo. A junção, contudo, de *desemprego estrutural tecnológico* com *diminuição do Estado de bem-estar*, ao lado do *caráter especulativo do capital financeiro*, têm possibilitado o ressurgimento relativo das ideias keynesianas e desenvolvimentistas, uma vez que a crise cíclica ocorreu mais uma vez em 2008 e numa dimensão maior que a de 1929, embora com maior capacidade de resposta dos Estados nacionais centrais e das instituições multilaterais do capitalismo. Na verdade, as predições de Marx quanto ao caráter autodestrutivo do capitalismo voltaram a ser invocadas, mas deve-se ter muito cuidado em aceitar dicotomias simples no contexto da complexidade do modelo de acumulação.

Ressalte-se que os embates ideológicos que levaram à hegemonia do ultraliberalismo são reeditados contemporaneamente, com a diferença de que os ultraliberais estão, agora, na defensiva, pois responsabilizados pela sustentação ideológica de um capitalismo sem lastro na economia real, antissocial e pró-Capital.

Diferentemente da predição de Francis Fukuyama, a história não acabou, o que implica, contemporaneamente, novo ciclo de embates, que se dão tanto ao nível teórico/ideológico como político/eleitoral, assim como no âmbito das lutas sociais e dos movimentos organizados. Daí a importância de inventariarmos as raízes materiais e ideológicas da grande crise de 2008, sobretudo porque novos embates estão se expressando em busca de novos paradigmas, em que o desenvolvimentismo pode ocupar novos espaços em meio à crise e aos desastres provocados pelo capital especulativo.

Finalmente, embora haja movimentos em várias dimensões voltados à crítica ao modelo ultraliberal — cujo *Manifesto* de Reginaldo S. Santos é um dos importantes exemplos —, em cujo sistema o capital especulativo ganhou ampla notoriedade, o fato é que a estrutura produtiva da “acumulação flexível” não foi alterada, e dificilmente o será em pouco tempo. Trata-se de gargalo estrutural cuja crítica ao ultraliberalismo precisará ocupar-se. Afinal, as novas perspectivas desenvolvimentistas têm diante de si variada

gama de desafios, tais como: superar a ideologia ultraliberal; evitar os erros do antigo desenvolvimentismo, notadamente a proteção generalizada ao capital nacional sem contrapartidas; inserir a variável ambiental em suas previsões; e sobretudo articular um novo padrão de desenvolvimento que seja capaz de — em meio a um sistema produtivo poupador de mão de obra, propulsor do capitalismo financeirizado e fortemente pró-Capital, entre outras características nefastas às sociedades e à democracia — produzir o desenvolvimento da economia, da sociedade (vigorosas políticas sociais e compensatórias) e das instituições democráticas. Sem uma crítica aos padrões da acumulação flexível e sem a postulação de alternativas a esse modelo as proposições desenvolvimentistas correm o risco de se tornar letra morta em sociedades que estão em plena transformação. Daí as respostas do Estado terem necessariamente de levar em conta essa dimensão. Afinal, os pressupostos do Sistema Financeiro e da lógica ultraliberal permanecem como balizas estruturantes ao mundo contemporâneo, mesmo que com fissuras e reconfigurações.

Em contraposição a esse quadro de preponderância ultraliberal, é instrutivo o documento recém-lançado por economistas progressistas e de esquerda, intitulado “Por um Brasil justo e democrático”, em que são sistematizadas as bases de um novo desenvolvimento,<sup>27</sup> que deve ser objeto de reflexões para outros artigos.

## Referências

- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, vol. 21, número especial. Campinas: IE-Unicamp, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo-desenvolvimentismo. *Folha de S.Paulo*. Caderno Dinheiro, 19-9-2004.
- . *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>27</sup> São dois volumes: o primeiro, intitulado *Mudar para sair da crise — alternativas para o Brasil voltar a crescer*: <[http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbraziljustoedemocratico-vol-01\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbraziljustoedemocratico-vol-01_0.pdf)>; e o segundo, intitulado *O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional*: <[http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbraziljustoedemocratico-vol-02\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbraziljustoedemocratico-vol-02_0.pdf)>. Trata-se de publicação da Fundação Perseu Abramo, de 2015.

- . *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CARDOSO JR, J. C. (org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro — contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Livro 1. Brasília: Ipea, 2009.
- CEPAL. *Transformación productiva com equidad*. Santiago do Chile: Cepal, 1990.
- CHANG, H.-J. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- COCKETT, R. *Thinking the unthinkable (think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983)*. Londres: HarperCollins, 1995.
- DAVIDSON, P. *Post Keynesian macroeconomic theory*. Cheltenham: Edward Elgar, 1994.
- EVANS, P. “Class, State and dependence in East Ásia: lessons for latin americanists”. In: DEYO, F. (org.). *The political economy of the New Asian industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- FANJNZYLBBER, F. *Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”*. Santiago do Chile: Cepal, 1989.
- FONSECA, F. *O consenso forjado — a grande imprensa e a agenda ultra-liberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAUSMANN, R.; PRITCHETT, L. & RODRIK, D. Growth accelerations. *NBER Working Paper Series* n.º 10.566, jun. 2004.
- IPEA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: Ipea, Comunicados do Ipea, n.º 155, 2012.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. Londres: Macmillan, 1986.
- KRUGMAN, P. *The conscience of a liberal*. Nova York: Norton & Company, 2008.
- MORRIS, C. *The trillion dollar meltdown: easy money, high rollers, and the great credit crash*. Nova York: Public Affairs, 2009.
- NASSIF, A. Tripé macroeconômico: limites e propostas de mudança. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, n.º 15, abr. 2015. <<http://revistapoliticasoceconomico.com/>>.
- OCDE: <<http://revistapoliticasoceconomico.com/>>. OCDE. *Government at a glance*, 2015. Paris: OCDE Publishing (<[http://www.keepeek.com/DigitalAsset-Management/ocde/governance/government-at-a-glance-2015\\_gov\\_glance-2015-en#page1](http://www.keepeek.com/DigitalAsset-Management/ocde/governance/government-at-a-glance-2015_gov_glance-2015-en#page1)>).

- PRADO, A. Gestão macroeconômica e desenvolvimento. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, n.º 14, fev. 2015. <<http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>>
- ROSSI, P. & BIANCARELLI, A. Do industrialismo ao financismo. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 13, fev. 2015. <<http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>>.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos — o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Pearson, 2001.
- SANTOS, Reginaldo S. *Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*. Manuscrito, Salvador/BA, 2010
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F. & MICHEL, R. (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri-Rio de Janeiro: Manole-Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- STIGLITZ, J. (More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington consensus. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n.º 1, jan.-/mar. 1999.
- SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 8, n.º 4, out./dez. 1988.
- WALLERSTEIN, I. *The end of the world as we know it: social science for the Twenty-First Century*. Minneapolis-Londres: University of Minnesota Press, 1999.